

A Constituição dos Atenienses de Aristóteles: controvérsias e interpretações de uma memória historiográfica.

DENIS RENAN CORREA¹

Em 19 de Janeiro de 1891 o jornal britânico *The Times* anunciou uma grande descoberta para os estudos clássicos:

O Museu Britânico adquiriu não há muito tempo uma coleção de rolos de papiro de uma fonte no Egito que, por razões óbvias, não é conveniente especificar particularmente. Nada era conhecido do conteúdo destes rolos quando eles foram adquiridos, até que eles vieram a ser examinados de perto pelos especialistas do Museu, e foi descoberto que três deles continham o texto, até agora conhecido apenas em fragmentos avulsos, do tratado sobre a Constituição dos Atenienses, atribuído a Aristóteles pelo testemunho unânime da antiguidade.

(Apud DAY & CHAMBERS, 1962:1)

O papiro havia sido comprado pelo Museu Britânico em 1888, e o texto foi identificado como sendo a *Athenaion Politéia* em 1889 por Frederic G. Kenyon. A publicação da primeira tradução veio em janeiro 1891, pelo mesmo pesquisador, e um fac-símile do papiro foi disponibilizado em março do mesmo ano. Porém a edição definitiva, com os adendos e correções de vários estudiosos, só veio à tona na quarta edição de 1903 (RHODES, 1992:3). Os “fragmentos avulsos” que se conheciam até então se tratavam do chamado Papiro de Berlim, publicado em 1880 por Friedrich Blass, e que consistia em apenas dois fragmentos (CHAMBERS, 1967:49-66).

O conteúdo do papiro foi alvo de inúmeros debates e controvérsias. Em primeiro lugar, discutiu-se se *Athenaion Politéia*, doravante chamado apenas AP, foi realmente escrita por Aristóteles. Uma das hipóteses foi de que o livro teria sido escrito por um aluno de Aristóteles (talvez Teofrasto, o principal herdeiro, ou Fânias, que era quem mais se interessava pelos temas históricos e políticos²). A base desta hipótese está na

¹ Mestrando em História UFRGS, bolsista CNPQ.

² KEANEY, John J. *The Composition of Aristotle's Athenaion politéias: observation and explanation*. New York: Oxford University Press, 1992, p. 8-12. Embora Keaney defenda a autoria aristotélica, ele é quem mais acuradamente tratou das obras dos alunos de Aristóteles e a possibilidade de um trabalho conjunto entre eles, sendo particularmente interessante a evidência dos fragmentos de Fânias e Teofrasto que apontam que os discípulos escreviam muito de suas obras como um complemento às questões levantadas pelo mestre.

avaliação do caráter industrioso do levantamento de fontes da AP, em contraste com a aparente falta de julgamento na hora de utilizar estas mesmas fontes, o que tornaria a obra indigna do grande Aristóteles (HIGNETT, 1952: 29).

Existem muitas discordâncias factuais da AP com outras autoridades da História da Ática, principalmente com Tucídides, o que levantou suspeita quanto à fiabilidade do texto. As incongruências entre a AP e a *Política*, embora não conclusivas, também eram utilizadas como indícios de uma autoria não aristotélica. Os críticos assinalaram também uma contradição flagrante no interior da narrativa, pois o trecho 24.3 assinala que os juízes atenienses eram sustentados pelo Estado no tempo de Aristides, mas a mistoforia só é implementada muito tempo depois, por Péricles (capítulo 27.3). Esta contradição levou alguns autores a crer que a obra não poderia ter sido criada na mente do grande filósofo Aristóteles³. Uma das alternativas, considerada arriscada e temerária por muitos autores, consistia em avaliar todas as passagens inconvenientes como interpolações, o que fez com que capítulos inteiros do texto fossem rejeitados⁴.

Por outro lado, o testemunho antigo era unânime ao atribuir o texto ao mestre da escola peripatética (SANDYS, 1893:XVI-XXIII; RHODES, 1992:1-2; PIRES, 1999: 386-8). Nas listas de suas obras estão presentes as coleções de politéias, de várias cidades gregas e bárbaras, cujo número total seria de 158 textos, o que reforçaria a improbabilidade de todas estas obras terem sido fruto de uma só pessoa. Os defensores de uma autoria aristotélica afirmaram que mesmo que as politéias de cidades menos importantes tenham sido escritas pelos alunos, um assunto relevante como Atenas teria tido a atenção do mestre (MATHIEU e HASSOULIER, 1922: II). Além disso, um trecho da *Ética Nicomaquéia* (X.1181b) anunciava que os estudos da *Política* seriam “baseados nas constituições (politéias) colecionadas”, o que acabou por tornar-se a

³ CAUER, F. “Such a childish misconception is scarcely to be imputed to Aristotle”, apud DAY, J. e CHAMBERS, M. *Op. cit.*, 1962, p. 34, nota 44.

⁴ A maior polêmica gira em torno da chamada “constituição de Dracon”, que é considerada anacrônica e de autoria não aristotélica. Mesmo assim, há partidários da autoria aristotélica desta passagem: MATHIEU, Georges. *Aristote, Constitution d’Athènes: Essai sur la méthode suivie par Aristote dans la discussion des textes*. Paris : Champion, 1915, p. II e VII, e FRITZ, Karl Von. “The Composition of Aristotle's Constitution of Athens and the So-Called Dracontian Constitution”. *Classical Philology*, Vol. 49, No. 2 (Apr., 1954), pp. 73-93. Por outro lado, há autores que reconhecem nela uma interpolação feita pelo próprio Aristóteles, DAY, J. e CHAMBERS, M. *Op. cit.*, 1962, p. 198-9, o que nos remete a tese que a AP pode ter sido um livro de notas aberto e atualizado ao longo de décadas, por Aristóteles ou pelos seus alunos, cf. TOVAR apud KEANEY. *Ibidem*, 1970, p. 327. E SHUTE apud RHODES. *Ibidem*, p. 51.

principal evidência de que a AP, seja ela escrita por Aristóteles ou não, está ligada aos estudos desenvolvidos no Liceu sob sua direção.

Outro debate que se impôs foi acerca das fontes utilizadas pela AP. Wilamowitz-Moellendorff foi o primeiro a estabelecer que sendo a AP uma coletânea de crônicas, onde o ordenamento cronológico e factual é mais importante do que a investigação histórica, seria possível identificar suas fontes: Heródoto, Tucídides, a Atidografia (cronistas da história da Ática, principalmente Clidemo e Andrócion) e um panfleto oligárquico pró-Terâmenes, que teria sido publicado em 404 (Apud WALKER, 1894:205-6). Além disso, a AP cita versos de Sólon (5.2, 12.1), e de canções populares (19.3, 20.5). Heródoto, única fonte historiográfica nomeada em toda obra, é seguido de perto pela AP quando trata da ascensão de Pisístrato à tirania. Tucídides, que é base da AP quando narra o assassinato de Hiparco pelos tiranicidas Harmódio e Aristogíton, é até mesmo criticado pelo autor do texto: a polêmica sobre o porte de armas nas Panateneias é na verdade uma correção ao historiador ateniense (18.4). A hipótese de Wilamowitz sobre o panfleto pró-Terâmenes de 404 foi ao longo do tempo rejeitada, e outras possibilidades de fontes para a AP começaram a surgir, principalmente o *Areopagítico* de Isócrates, mas também é possível que Xenofonte tenha sido utilizado, bem como outros historiadores só conhecidos hoje através de fragmentos, como Éforo e Teopomo (DAY & CHAMBERS, 1962:5; RHODES, 1992:15-20).

Apesar da grande quantidade de fontes da qual Aristóteles serviu-se para compor sua narrativa, predominou o debate em torno da relação da AP com a Atidografia, inaugurado por Felix Jacoby na sua obra *Atthis: the local chronicles of Ancient Athens* (1949). O texto recém-descoberto tornou-se fonte de estudos para compreender outros fragmentos de cronistas antigos como Clidemo e Andrócion, o que fez com que Jacoby desenvolvesse sua tese sobre o caráter ideologicamente motivado dos Atidógrafos. Não há dúvidas quanto ao fato de Aristóteles ter utilizado largamente dos atidógrafos, principalmente Andrócion, porém os estudos de Jacoby criaram conclusões um tanto quanto questionáveis: atribuía-se as diferenças de estilo, e as diferentes opiniões no texto (ora mais democrático, ora mais conservador) às fontes, e não ao próprio autor da AP.

Contra esta linha interpretativa que investiu Phillip Harding em uma série de artigos que questiona a leitura ideologicamente motivada das fontes da AP, em especial

a Atidografia (HARDING, 1974, 1976, 1977). Além disso, Harding questiona a opinião comum de que a AP não realiza nenhum tipo de pesquisa original, conforme a tradição estabelecida por Wilamowitz, e reforçada por P. J. Rhodes, que vê no autor da AP um historiador medíocre, que apenas reproduz suas fontes (RHODES, 1992:27 e 60; cf. HARDING, 1977: 148-60). Phillip Harding apontou para uma das principais questões para a interpretação da AP: seria ela apenas uma compilação de diversas fontes para a pesquisa da História da Ática, ou sua composição revelaria uma narrativa original sobre o tema?

Embora a polêmica sobre as fontes da AP seja longa, poucos autores trataram do tema de um ponto de vista metodológico, no sentido do uso que Aristóteles fez destas fontes, e não apenas quais são elas. Georges Mathieu, na sua obra *Aristote, Constitution d'Athènes: Essai sur la méthode suivie par Aristote dans la discussion des textes* (1915), foi o primeiro a abordar o tema de forma pertinente. Para este pesquisador, as inúmeras contradições que surgem na AP são o principal argumento do procedimento historiográfico de Aristóteles:

Ele se baseia em fontes muito diferentes e de tendências diversas: umas são favoráveis à democracia, outras lhe são hostis. Para se decidir entre elas, Aristóteles recorre a indícios exteriores, aos testemunhos fornecidos pelas instituições antigas que sobreviveram ainda no seu tempo. Mas quando não existem estes indícios exteriores ou quando Aristóteles não os percebe, ele não procura adotar uma das duas opiniões, mas as concilia, ou ao menos as combina uma com a outra. Quando os dois testemunhos são absolutamente opostos, o trabalho de conciliação não pode se fazer sem que fiquem traços da contradição que existe entre eles.

(MATHIEU, 1915:10)

Em primeiro lugar, Mathieu conclui que o principal instrumento de Aristóteles é inferir o passado através das suas sobrevivências no presente. Quando este procedimento não é suficiente, ele realiza uma manipulação das fontes de forma que se construa uma versão conciliadora das diferenças. O resultado desta abordagem é que os próprios erros históricos encontrados na AP são normalmente atribuídos às suas fontes, como se o autor da AP não tivesse aprovado tais erros ao citá-los (MATHIEU, 1915:3). Os erros do texto, da mesma forma, são atribuídos a esta manipulação das fontes que ao conciliar versões divergentes acaba por deixar flagrantes contradições na narrativa, o

que nos remete à ideia de Wilamowitz de que a AP nada mais é do que uma colcha de retalhos de citações, e cujas incongruências são fruto do desapego histórico de Aristóteles. Para Mathieu as contradições do texto são o indício deste procedimento pouco usual de conciliar versões diferentes numa mesma narrativa.

Porém, estas interpretações geram a ideia de que a AP é apenas uma obra satélite para compreender as suas fontes, em especial os supostos embates ideológicos entre Clidemo e Andrócion, conforme estabeleceu Felix Jacoby na obra citada acima. Porém, é necessário assumir que a AP encerra um enredo original que, embora constituído por uma pesquisa literária, foi costurado como uma obra única e coerente, com objetivos próprios, na qual se desenrola um olhar retrospectivo e causal do desenvolvimento da democracia ateniense.

O capítulo 41 da AP passa em resumo toda a história das mudanças constitucionais atenienses e introduz a segunda parte descritiva do texto, o que demonstra que existe um encadeamento lógico dos fatos narrados, mesmo que a AP não tenha nenhuma tese explícita sobre a história política de Atenas. No entanto, o capítulo 41 revela a finalidade do que havia sido narrado até então:

Com efeito, o próprio povo assenhoreou-se de tudo, e tudo governa por meio dos decretos e dos tribunais, nos quais é o povo quem manda. Precisamente, também os julgamentos que eram do conselho passaram para o povo, e nisso parece terem agido corretamente, pois se corrompe mais facilmente a poucos do que a muitos, seja com dinheiro, seja com favores.

(A Constituição dos Atenienses, 41.2).

Aristóteles faz do capítulo 41 o eixo da narrativa, em que a história do passado constitucional de Atenas é revisada (capítulos 1 a 41), para posteriormente descrever o regime tal como se apresenta no seu próprio tempo (capítulos 42 a 69). Estas duas partes da AP engendram a lógica pela qual o estado atual do regime no tempo de Aristóteles é resultado de sua própria história constitucional, configurada pelo triunfo da democracia. A maioria dos intérpretes concorda com o fato de que o *télos* da narrativa da primeira parte é o triunfo da democracia radical, tal como se apresenta na segunda parte. Logo após a descoberta do texto, Reginald Macan (1891) já definira que as referências cruzadas entre as duas partes da AP (quando Aristóteles deduz a situação do passado através do que existe no presente, ou vice-versa) comprovavam a unidade da obra, que compartilha de uma só concepção literária. O mesmo autor, embora não

afirmasse a autoria de Aristóteles, já anunciou um “sabor aristotélico” nas proposições da obra, já que as ideias da AP não pareciam estar em desacordo com o ensino de Aristóteles (MACAN, 1891:18-9, 26 e 32-3).

Em decorrência das coletâneas de polítias estarem ligadas ao Liceu de Aristóteles, as bases daquilo que se pode chamar de “tese” ou “enredo” da AP, bem como dos seus métodos de pesquisa histórica, foram naturalmente buscados nas demais obras do *corpus aristotelicum*. O livro *Aristotle's History of Athenian Democracy* (1962) de James Day e Mortimer Chambers foi o primeiro esforço mais consistente e sistemático na tentativa de criar elos de comunicação entre a AP e a filosofia aristotélica. A *Política*, cuja relação com a AP era mais do que óbvia desde os primeiros debates, foi naturalmente alçada como principal fonte de diálogo: Day e Chambers argumentam que a AP confirma a teoria expressa na *Política* de que a democracia é causada pelo aumento do número de cidadãos (DAY & CHAMBERS, 1962:25-37).

Além disso, partindo do princípio de que o Estado existe por natureza, e que o homem é um animal político, como estabelece a mesma *Política*, parece claro a Day e Chambers que a AP também se utiliza de linguagens oriundas da física, da biologia e da metafísica na sua composição dos eventos históricos⁵. Assim como um animal deve ser estudado através das suas partes para compreender o todo, o mesmo vocabulário Aristóteles utiliza para estudar o Estado. A tese final é que a AP na verdade encaixa os eventos da história ateniense num esquema lógico que já havia sido delineado pela *Política*. Nesta última, Aristóteles teria definido 4 formas de democracia, conforme sua tipologia das constituições políticas, e a AP teria como objetivo, através das 11 transformações de regime resumidas no capítulo 41, demonstrar o desenvolvimento destas 4 formas de democracia (DAY & CHAMBERS, 1962:44-60 e 70-1).

Este tipo de leitura extremamente teleológica da AP recebeu duras críticas de P. J. Rhodes, que na obra *A commentary on the aristotelian Athenaion Politeia* (1981), afirma que não existem relações intrínsecas entre a AP e a filosofia aristotélicas, que o próprio Aristóteles já não tenha feito explicitamente. Segundo este autor, as arguições de Day e Chambers só possuem validade ao reconhecer que a AP observa na última

⁵ DAY, J. e CHAMBERS, *Ibidem*, 1962, pp. 38-45. Day e Chambers buscam na *Metafísica* um significado especial do termo que Aristóteles utiliza para designar “os fatos” (*sumbaínonta*) na AP, atribuindo assim um significado filosófico ao uso do termo.

mudança constitucional, isto é, a restauração democrática de 404, a forma final de democracia ateniense. Portanto o princípio teleológico da AP é compreender retrospectivamente o desenvolvimento da democracia até esta forma final, num claro procedimento teleológico. Rhodes não questiona o caráter lógico e construído da AP, afastando a tese de que ela seria mera compilação de crônicas, no entanto o estudioso sustenta a posição de que Aristóteles teria sido apenas um mau historiador, e que demais traços subterrâneos da filosofia aristotélica na AP estão “nos olhos de quem vê” (RHODES, 1992:9-15).

Em 1963 John J. Keaney inaugura uma nova vertente na interpretação da AP, com o artigo *The Structure of Aristotle's Athenaion Politeia*, partindo do princípio de que se a filosofia política de Aristóteles faz uso de elementos históricos, e se as politéias são condicionadas para um fim filosófico, é provável de que existam elementos filosóficos nos escritos históricos. A tese de Keaney consolida a interpretação da democracia radical como *télos* da AP, uma vez que afirma ser o objetivo da mesma realizar uma retrospectiva causal da democracia ateniense tal como se apresenta no tempo de Aristóteles. Além disso, Keaney utiliza um padrão estilístico que G. Else identificou nos seus estudos da *Poética*, que estabelece a narração de algo através de um modesto começo, porém preche de possibilidades, que se segue um desenvolvimento, e uma expansão, até a realização de algo considerável (KEANEY, 1963:117-8). Para Keaney o padrão estilístico exprime o processo de pensamento de Aristóteles, e os dois não podem ser separados.

O resultado da abordagem de Keaney consiste em identificar uma composição em anel da AP, que através de uma série de quismos exprime teorias sobre a democracia ateniense. A primeira e mais aceita conclusão de Keaney, enunciada no artigo de 1963, define a AP como a narração do crescimento do poder do povo sobre as instituições que antes detinham o poder judiciário em Atenas. Assim, quando Aristóteles narra as três medidas mais democráticas de Sólon (9.1), ele dá especial ênfase ao direito do povo de apelar ao tribunal, pois “*quando o povo se assenhoreia dos votos, assenhoreia-se do governo*”. Este seria o início modesto do tema, que iniciaria uma composição em anel que culminaria no capítulo 41.2, quando a AP afirma que o “*próprio povo assenhoreou-se de tudo, e tudo governa por meio dos decretos e dos tribunais, nos quais é o povo quem manda*”.

Para Keaney, então, a AP teria três partes: uma primeira narrando a história pré-Solon e pré-democrática, a segunda que narra o desenvolvimento e expansão do poder do povo sobre os tribunais, que ocorre entre as reformas de Sólon e a restauração de 404, que seria o último evento de estabelecimento democrático; A terceira parte seriam os capítulos 42 e subsequentes que descrevem o funcionamento institucional de Atenas no presente de Aristóteles, em especial os tribunais. Esta segunda parte, que conta a história da democracia em si, desenvolveria a história do gradual enfraquecimento dos tribunais e instituições jurídicas tradicionais (os Nove Arcontes, o Areópago e o Conselho dos Quinhentos), em favor dos tribunais populares, bem como do acesso do povo aos mesmos tribunais tradicionais (KEANEY, 1963:128-36).

No decorrer dos seus estudos, o enfoque de Keaney tornou-se cada vez mais estilístico e literário (KEANEY, 1969). Quase trinta anos depois do seu primeiro artigo sobre o tema, Keaney publica a obra *The Composition of Aristotle's Athenaion politeia: observation and explanation* (1992), onde rejeita as leituras históricas e filosóficas da AP, da qual ele mesmo fizera parte um dia, e propõe uma abordagem predominantemente literária, extrapolando a sua interpretação dos quiasmos e composições em anéis. Para o autor, o uso das fontes na AP (os “subtextos”) seria intercalado por alterações literárias que exprimiam um argumento ao longo da narrativa (os “paratextos”), e o leitor atento poderia identificar esta composição em anel que exprime o argumento de Aristóteles (KEANEY, 1992:54-62).

Embora a tese sobre objetivo da AP (o crescimento do poder do povo sobre as três instituições aristocráticas de Atenas) não tenha sido modificada entre 1963 e 1992, a abordagem estilística e literária alterou totalmente a concepção de Keaney sobre a metodologia do texto, que deixa de ser histórico-filosófica e torna-se uma intrincada composição em anel, intercalada com citações de fontes históricas, que somente um leitor dedicado e estruturalista como Keaney poderia revelar. Esta abordagem recebeu algumas críticas já que muitos dessas composições de anéis que exprimiam o raciocínio de Aristóteles foram consideradas fracas, ou seja, que seria pouco provável que o filósofo teria escrito suas teses sobre a história da democracia ateniense de forma tão tortuosa e enigmática, o que acaba tornando a leitura do livro de Keaney desafiadora, e ao mesmo tempo confusa (TODD, 1994:24-5).

Um dos críticos dos exageros da orientação literária e estilística de Keaney é o historiador brasileiro Francisco Murari Pires. No capítulo “Leituras da Athenaíon Politeía” do livro *Mithistória* (1999) Pires apresenta uma contundente revisão bibliográfica com as principais controvérsias sobre o tema, e conclui com uma análise da contribuição de Keaney, não poupando críticas aos exageros estruturais, observando na interpretação da composição em anel como um “*paradoxal modo de comunicação textual, que antes oculta cifradas suas significações, do que manifestamente as declara*” (PIRES, 1999:428). Pires avalia esta longa tradição da crítica e dos debates em torno da AP, e somando-se aos críticos de Keaney, acaba por introduzir de forma contundente a academia brasileira nos debates ocorridos ao longo dos mais de 100 anos transcorridos entre a descoberta do texto e o momento atual da sua interpretação.

Antes dessa contribuição bibliográfica, Pires já havia publicado uma tradução para o português para a Constituição dos Atenenses (1995), com um excelente e exaustivo trabalho de notas de rodapé que revelam uma série de questões orientadas pelas leituras e interesses acadêmicos do tradutor. A língua portuguesa conta ainda com a tradução do pesquisador português Delfim Ferreira Leão (2003), que recebeu o Prêmio de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa, atribuído pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e a União Latina. Introduzindo o tema entre os estudiosos brasileiros e portugueses, Pires e Leão também possibilitaram novas iniciativas de pesquisa sobre o assunto, entre as quais a presente pesquisa se insere.

Algumas conclusões preliminares decorrem desta breve revisão bibliográfica. Primeiro, a questão da autoria da AP interessa mais ao estudante de Aristóteles do que ao da História ateniense. Uma vez reconhecida a integração do texto aos estudos da escola peripatética entre os anos de 330 e 320, não há nada que impeça seu diálogo com a filosofia aristotélica. Segundo, não há motivo para subestimar o inquérito historiográfico da AP, e supervalorizar o papel das suas fontes, pois as obras dos atidógrafos, Éforo e Teopomo só se conhecem através de fragmentos em citações de terceiros. Aristóteles não cita suas fontes, tampouco Heródoto e Tucídides o faziam. E há ainda indícios de que a AP critica e discorda de suas fontes, utilizando-se principalmente de um vocabulário retórico para efetuar estas tomadas de posições em relação à sua base factual (DAY & CHAMBERS, 1962:18-19; RHODES, 1992:18 e

27), bem como em alguns momentos não consegue optar entre duas versões de um mesmo fato e acaba conciliando as divergências numa interpretação inovadora, o que por si só revela um esforço investigativo.

Por fim, a presente abordagem não procura evidenciar a coerência formal e epistemológica entre a AP e outras obras que teriam sido todos escritos pelo punho de um mesmo Aristóteles, mas sim observar o contexto histórico e o projeto intelectual no qual o texto está inserido. Logo, ao abordar as obras do *corpus aristotelicum* o historiador não deve buscar relações entre as diferentes disciplinas que o filósofo já não tenha feito explicitamente, para com base nisso propor uma malha subterrânea de lógica aristotélica na narrativa da AP. Antes disso, pretende-se investigar trechos isolados do *corpus* onde o tema da Politéia e da História são abordados, ainda que tangencialmente, para assim tentar reconstruir o contexto intelectual das ideias que conceberam a AP. Esta abordagem histórica e conceitual não pressupõe a coerência formal e lógica entre todo o pensamento de Aristóteles, mas antes considera o vocabulário da sua vasta obra um indício privilegiado para compreender a AP e sua história da política ateniense.

Bibliografia:

Fontes Primárias (edições bilíngües):

- ARISTÓTELES, *A Constituição dos Atenienses*. Trad. de Delfim Ferreira Leão, Lisboa: Calouste Gulbekian, 2003.
- ARISTÓTELES, *A Constituição dos Atenienses*. Trad. de Francisco Murari Pires, São Paulo: Hucitec, 1995.
- ARISTOTE, *Constitution D'Athènes*. Texte établi et traduit par Georges Mathieu et Bernard Haussoulier. Paris: Belles Lettres, 1985 (ed. original 1922).
- ARISTOTLE, *The Politics and The Constitution of Athens*. Ed. by Stephen Everson. Cambridge, 1996.
- ARISTOTLE, *Nicomachean Ethics*. Translated by H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press, 1934.
- ARISTÓTELES, *Política*. Trad. de Mario da Gama Kury. Brasília: UNB, 1997.

Bibliografia geral:

- DAY, James & CHAMBERS, Mortimer. *Aristotle's History of Athenian Democracy*. Berkeley: University of California Press, 1962
- HIGNETT, C. *A History of the to the end of the fifth century B. C.* Oxford: Clarendon Press, 1958 (ed. Original 1952).
- JACOBY, Felix. *Atthis: the local chronicles of ancient Athens*. Salem: Ayer Publishing, 1988 (ed. original 1949).

- KEANEY, John J. *The Composition of Aristotle's Athenaion politeías: observation and explanation*. New York: Oxford University Press, 1992.
- MATHIEU, Georges. *Aristote, Constitution d'Athènes: Essai sur la méthode suivie par Aristote dans la discussion des textes*. Paris : Champion, 1915.
- PIRES, Francisco Murari. *Mithistória*. São Paulo: Humanitas/FFLCH USP, 1999.
- RHODES, Peter John. *A commentary on the Aristotelian Athenaion Politeia*. Oxford: Clarendon Press, 1992 (ed. Original 1981).
- SANDYS, John E.. *Aristotle's Constitution of Athens*. London: Macmillan, 1893, consulta 27/03/11: <http://www.archive.org/stream/aristotelousathe00arisuoft#page/ii/mode/2up> .

Artigos em revistas acadêmicas.

- CHAMBERS, Mortimer. "The Berlin Fragments of the Ath. Pol". *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 98 (1967), pp. 49-66.
- FRITZ, Karl Von. "The Composition of Aristotle's Constitution of Athens and the So-Called Dracontian Constitution". *Classical Philology*, Vol. 49, No. 2 (Apr., 1954), pp. 73-93.
- HARDING, Phillip. "Androtion's View of Solon's 'Seisachtheia'". *Phoenix*, Vol. 28, No. 3 (Autumn, 1974), pp. 282-289.
- HARDING, P. "Androtion's political career". *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Vol. 25, No. 2 (2nd Qtr., 1976), pp. 186-200.
- HARDING, P. "Atthis and Politeia". *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Vol. 26, No. 2 (2nd Qtr., 1977), pp. 148-160.
- KEANEY, John J. "The Structure of Aristotle's Athenaion Politeia". *Harvard Studies in Classical Philology*, Vol. 67 (1963), pp. 117-18.
- KEANEY, John J. "Ring Composition in Aristotle's Athenaion Politeia". *The American Journal of Philology*, Vol. 90, No. 4 (Oct., 1969), pp. 406-423.
- KEANEY, John J. "The Date of Aristotle's Athenaion Politeia". *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Vol. 19, No. 3 (Jul., 1970), pp. 326-336.
- MACAN, Reginald W. "Αθηναίων Πολιτεία". *The Journal of Hellenic Studies*, Vol. 12 (1891), pp. 17-40.
- NEWMAN, W. L. "Aristotle on the constitution of Athens". *The Classical Review*, Vol. 5, N° 4 (Apr., 1891), pp. 155-164.
- TODD, S. C. "The Composition of Aristotle's Athenaion Politeia: Observation and Explanation by J. J. Keaney" [REVIEW]. *The Classical Review*, New Series, Vol. 44, No. 1 (1994), pp. 24-25.
- TOYE, David. L. "Aristotle's other politeiai: was the athenaion politeia atypical?" *The Classical Journal*, 94 n° 3, (fev/mar 1999), pp. 235-53.
- WALKER, E. M. "Wilamowitz-Moellendorff on the Constitution of Athens" [REVIEW]. *The Classical Review*, Vol. 8, No. 5 (May, 1894), pp. 205-206.